

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.188 - PA
(2018/0146162-6)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : FRANCISCO PINTO DE SOUSA
AGRAVANTE : MARIA ALDA SILVA DE SOUSA
ADVOGADOS : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640
DJACI ALVES FALCÃO NETO - DF023523
EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA - DF025310
ADVOGADA : JULIANA DIAS GUERRA FERREIRA E OUTRO(S) - DF029149
AGRAVADO : VALE S.A
ADVOGADOS : DENISE DE FATIMA DE ALMEIDA E CUNHA - PA009158
MARCELO COUTINHO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - PA013282
RODRIGO DE CASTRO FREITAS - DF033383

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno interposto por FRANCISCO PINTO DE SOUSA E OUTRA contra decisão que conheceu do agravo para não conhecer o recurso especial, assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 356/STF. POSSE JUSTA. MATÉRIA CONSIGNADA NO ACÓRDÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL. (e-STJ, fl. 1.163)

Os agravantes alegam que concessão de lavra não constitui título dominial para desconstituir registro imobiliário.

Defendem que "os direitos em debate nesta ação não incidem sobre a posse da Recorrida, como titular de direito de lavra da área em discussão nesta ação, mas sobre os direitos dominiais dos Agravantes e as indenizações que emergem do status jurídico de "dono" de imóvel sujeito à exploração minerária" (e-STJ, fl. 1.179).

É o relatório.

Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Com razão os agravantes, motivo pelo qual, exercendo o juízo de reconsideração facultado pelo art. 259 do Regimento Interno/STJ, torno sem efeito a decisão de e-STJ fls. 1.163/1.170 e passo a analisar o agravo em recurso especial interposto.

Ademais, as razões veiculadas pelos agravantes mostram-se relevantes, exigindo, assim, uma análise mais profunda.

Ante o exposto, acolho o agravo interno para, em juízo de retratação, tornar sem efeito a decisão agravada de fls. 1.163/1.170 (e-STJ), e para determinar a reautuação do agravo como recurso especial a fim de permitir um melhor exame da controvérsia.

Após a regularização do novo registro, voltem conclusos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator